



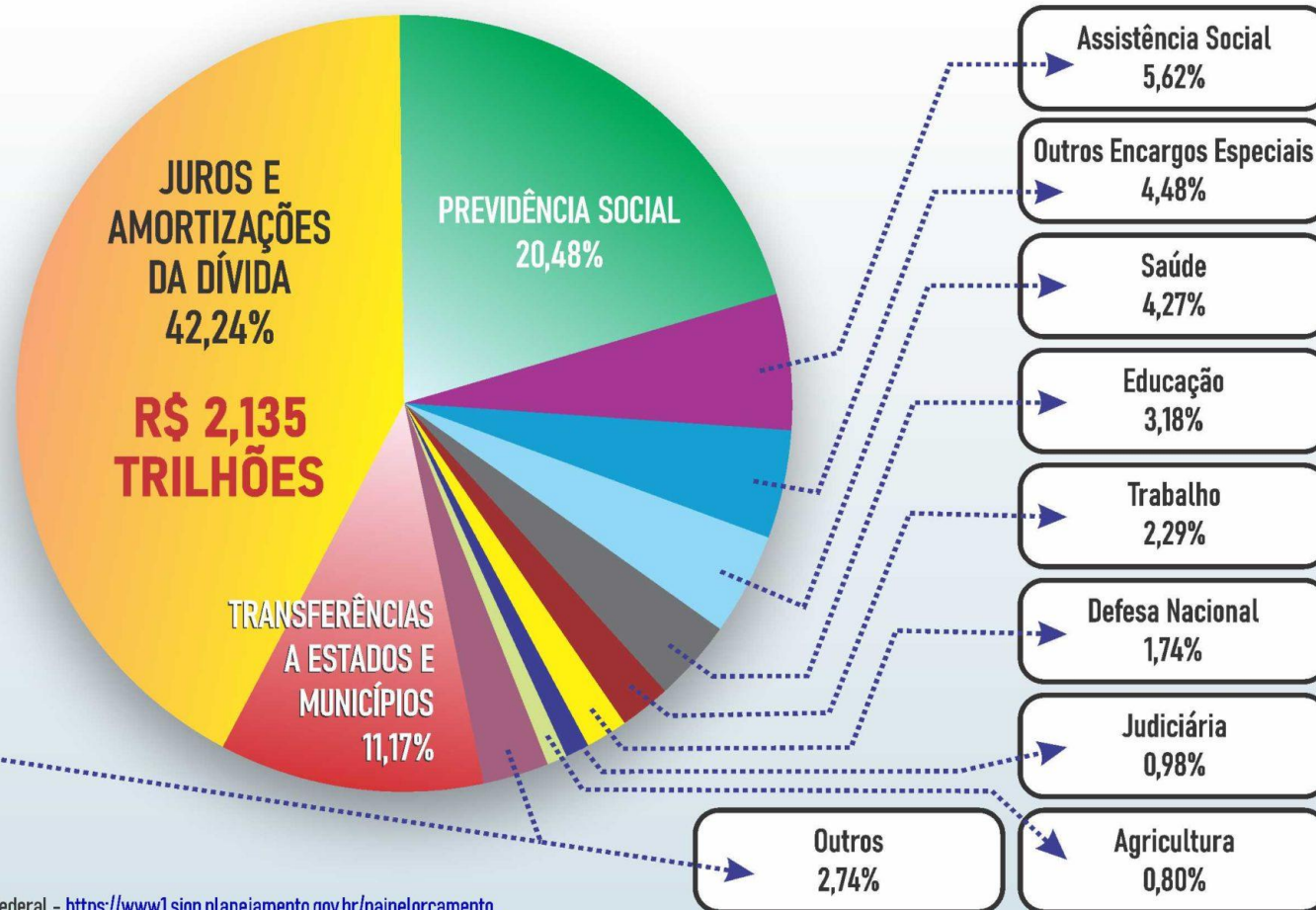
Mesa de conjuntura política e econômica, envelhecimento e trabalho

16º Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria e Seguridade
Social ENAASS - SINASEFE

Brasília-DF, 2 de setembro de 2026

Orçamento Federal Executado (pago) em 2025 = R\$ 5,054 TRILHÕES

OUTROS	PERCENTUAL
Administração	0,5802
Gestão Ambiental	0,3977
Ciência e Tecnologia	0,3697
Segurança Pública	0,2857
Transporte	0,2552
Essencial à Justiça	0,2058
Legislativa	0,1931
Relações Exteriores	0,0919
Organização Agrária	0,0834
Comunicações	0,0486
Cultura	0,0461
Indústria	0,0442
Urbanismo	0,0374
Comércio e Serviços	0,0315
Direitos da Cidadania	0,0274
Energia	0,0230
Desporto e Lazer	0,0103
Habitação	0,0084
Saneamento	0,0047
TOTAL	2,7443



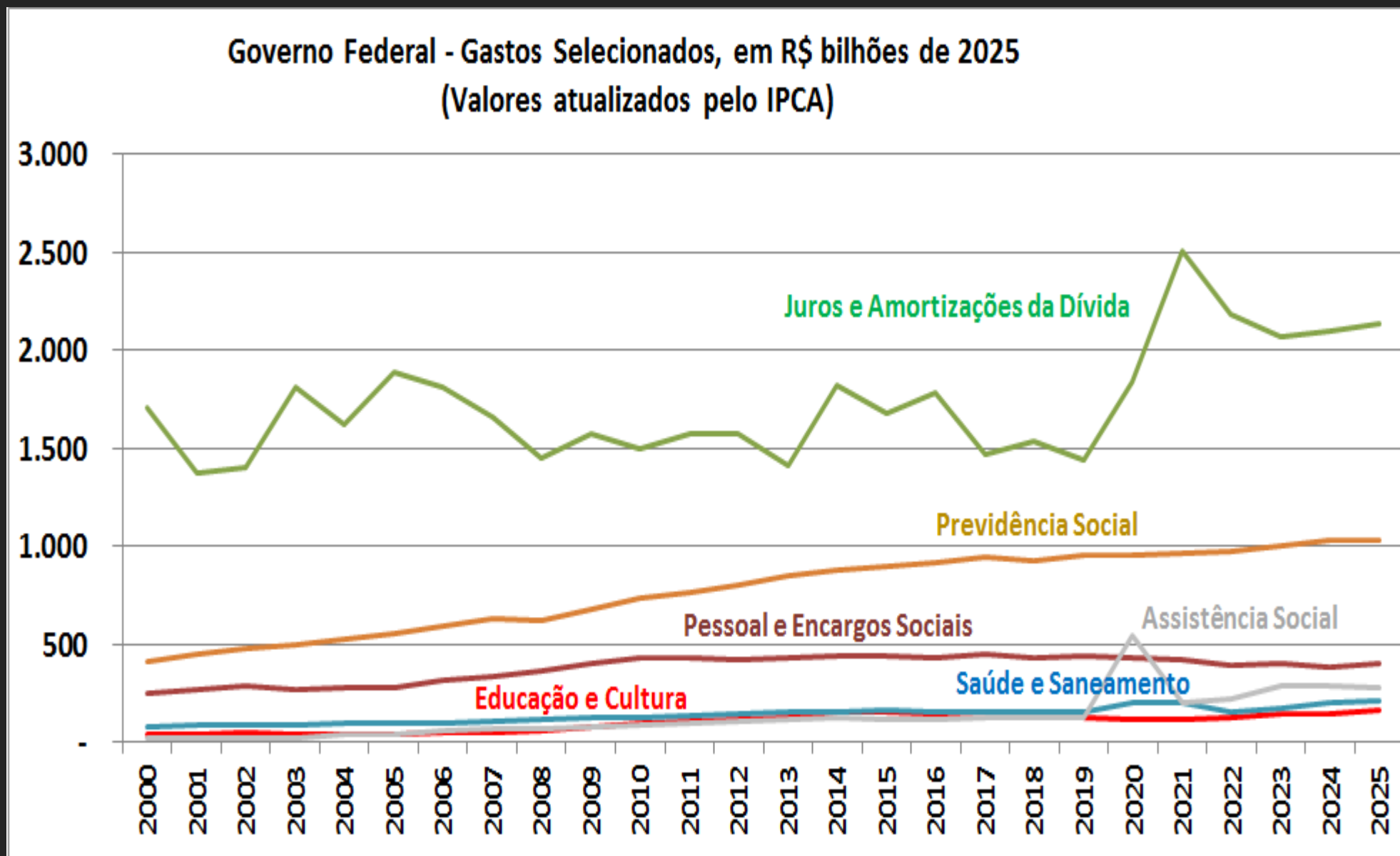
FONTE: Painel do Orçamento Federal - <https://www1.siof.planejamento.gov.br/painelorcamento>

ELABORAÇÃO: Auditoria Cidadã da Dívida. Consulta em 14/1/2026. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Gráfico por Função, com exceção da Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em 3 partes: "Juros e Amortizações da Dívida" (GND 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), e "Outros Encargos Especiais" (restante da função, composta principalmente pelo cumprimento de sentenças judiciais e concessão de financiamentos).

NOTA: O total inicialmente previsto no Orçamento Federal 2025 para as "emendas parlamentares" foi de R\$ 50,4 bilhões. Esse montante inclui emendas de bancada estadual, emendas de comissão e emendas individuais (dentre as quais as "Emendas Pix", no valor de R\$ 6,9 bilhões, que representaram 0,14% do orçamento federal pago em 2025). Os valores efetivamente empregados (pagos) em 2025 de todas as emendas parlamentares somaram R\$ 31,5 bilhões (0,62% do orçamento pago). Veja o artigo "O privilégio do Sistema da Dívida no orçamento federal pago em 2025 e o Raio X das Emendas Parlamentares".

ONDE ESTÁ O VERDADEIRO ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ???



2023/2024: "ARCABOUÇO FISCAL" (LC 200 e 211)

- Teto de gastos sociais: 0,6% até 2,5% de crescimento anual real
- Enquanto isso, não existe limite para o gasto com juros e amortizações da dívida.
- Art. 6º-A. "Em caso de apuração de déficit primário do Governo Central (...) ficam vedadas, no exercício subsequente ao da apuração (...) a programação de crescimento anual real do montante da despesa de pessoal e de encargos com pessoal (...) acima" de 0,6%.
- Enquanto isso, EUA praticam déficit primário de 4% do PIB e China um déficit de 7% do PIB, com juros muito mais baixos.
- Nestes países, a dívida pública serve para investimentos sociais, com juros baixos e prazos longos. Já no Brasil, só serve para pagar os altíssimos juros e principal da própria dívida.

O ARCABOUÇO FISCAL IMPEDE A UTILIZAÇÃO DE TRILHÕES DE REAIS QUE JÁ ESTÃO NO CAIXA DO GOVERNO

➤ Chegamos a **mais de R\$ 5 TRILHÕES** em caixa em 31/12/2025:

- **R\$ 2,068 TRILHÕES** na Conta Única do Tesouro Nacional
- **R\$ 1,195 TRILHÃO** no caixa do Banco Central
(Operações Compromissadas e Depósitos Voluntários Remunerados – “Bolsa Banqueiro”)
- **R\$ 1,971 TRILHÃO** em Reservas Internacionais

Fonte: https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202602_Tabelas_de_estatisticas_fiscais.xlsx
(Tabela 4, Linhas 44, 50 e 52), e Serie Temporal do BCB nº 13.621

Tudo reservado para o Sistema da Dívida

Não se adota a alternativa do controle sobre o fluxo de capitais financeiros especulativos.

DE QUE ADIANTA CORTAR GASTOS SOCIAIS SE O ROMBO ESTÁ NOS JUROS?

Taxa básica de juros Selic se encontra em 14% a.a.

**BANCO CENTRAL GERA ROMBO
AINDA MAIOR EM GASTOS ANUAIS
COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA**

R\$ 65,0 BILHÕES

A CADA 1% DE AUMENTO DA SELIC

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-8,8	-0,07	9,8	0,07
Redução de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	-65,0	-0,50	-59,3	-0,45
Redução de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	-22,4	-0,17	-22,0	-0,17

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB, conforme o caso.

2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, redução de taxa Selic e aumento de índices de preços.

3/ Variação mantida por doze meses.



**AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA**

**O Brasil pratica a taxa básica
de juros reais mais elevada
do mundo:**

Zona do Euro... - **0,87%** a.a.

EUA **0,34%** a.a.

Japão — **0,88%** a.a.

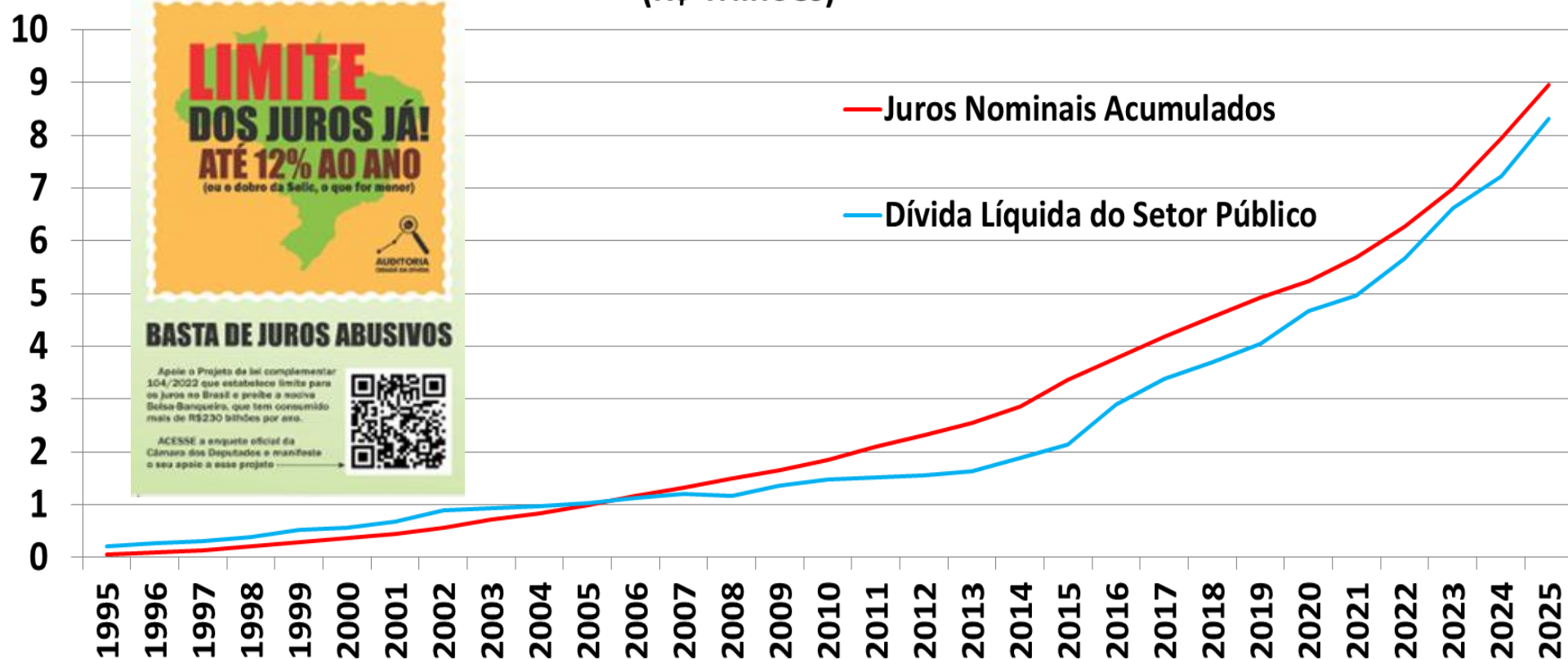
China **2,49%** a.a.

BRASIL **9,15%** a.a.

Fonte: <https://clubedospoupadores.com/ranking-juros-reais>

JUROS ALTOS SÃO O PRINCIPAL FATOR RESPONSÁVEL PELO CRESCIMENTO EXPONENCIAL DA DÍVIDA PÚBLICA

Relevância dos Juros no Estoque da Dívida Líquida do Setor Público
(R\$ Trilhões)



Fonte: Séries Temporais do Banco Central nº 16.830, 4.478, 16.962 e 4.759. Disponíveis em:

<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>

BRASIL CONTINUA ENTRE OS PAÍSES COM AS MAIORES TAXAS DE JUROS REAIS DO MUNDO

- A manutenção da Selic em patamar extremamente elevado explode o estoque da dívida pública, aumenta o gasto com juros e atrasa ainda mais o nosso desenvolvimento socioeconômico e ambiental;
- Juros elevados restringem investimentos produtivos, dificultam a geração de empregos e encarecem o crédito para famílias, empresas e produtores;
- Enquanto faltam recursos para políticas públicas, trilhões de reais são direcionados ao pagamento de juros da dívida pública;
- A política monetária baseada em juros excessivos aprofunda a perversidade do Sistema da Dívida e aprofunda a concentração de renda.

Mas, para a grande imprensa e para o Banco Mundial, o problema é o gasto social...



Artigo

Aposentadoria somente aos 78 anos: mais um ataque do Banco Mundial contra o povo brasileiro

ARTIGO: Aposentadoria somente aos 78 anos: o ataque do Banco Mundial contra o povo brasileiro

Por: Marcos Trombeta

Apesar da recente reforma da Previdência (Emenda Constitucional 103/2019), que gerou consequências graves a todo o povo brasileiro, o Banco Mundial não está satisfeito e propõe a continuidade do processo de desmonte do sistema previdenciário por meio de novas reformas, ainda mais radicais. A finalidade do BIRD é aumentar a idade mínima para aposentadoria, que hoje é de 65 anos para homens e 62 para mulheres. Pela proposta de técnicos do Banco Mundial no artigo “O Sistema Previdenciário Brasileiro sob a ótica da equidade” (leia aqui), a nova idade mínima seria de 72 anos até 2040 e 78 até 2060, para homens e mulheres.

O texto também propõe ataques às atuais regras previdenciárias para mulheres, professores e trabalhadores rurais, que deixariam de contar com regras diferenciadas para aposentadoria. Se a vontade do Banco Mundial for formalizada nestes critérios, grande parte dos brasileiros estará condenada a não se aposentar e, consequentemente, mais exposta a enfrentar condições de miserabilidade durante a velhice.

AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

<https://auditoriacidadad.org.br/conteudo/aposentadoria-somente-aos-78-anos-mais-um-ataque-do-banco-mundial-contr-o-povo-brasileiro/>

A dívida pública deveria estar financiando investimentos de interesse da sociedade e do país, viabilizando o nosso desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

Mas não é isso que acontece! O endividamento público tem funcionado às avessas:

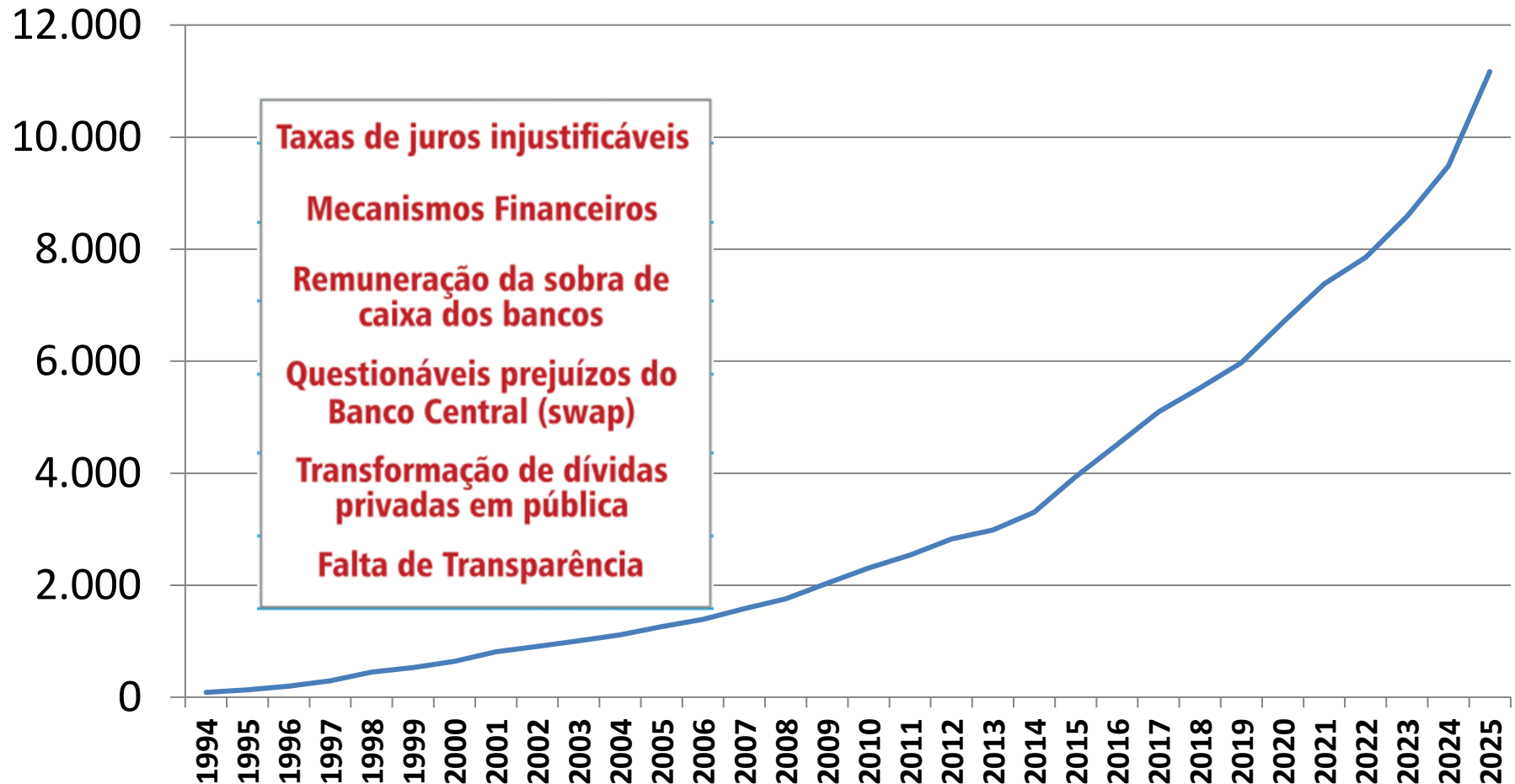
“SISTEMA DA DÍVIDA”

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/o-que-e-o-sistema-da-divida/>

- Contínua subtração de recursos públicos;
- Ausência de contrapartida em investimentos, como declarou o Tribunal de Contas da União TCU <https://bit.ly/2NTPIJo>
- Dívida alta tem justificado teto de gastos, arcabouço fiscal, contrarreformas, privatizações, juros altos (!).
- **Ver vídeo 17** <https://bit.ly/2YE5R2S>

A EXPLOÇÃO DA DÍVIDA INTERNA

Dívida Interna Federal (R\$ bilhões)



Fonte: Banco Central - Nota para a Imprensa - Política Fiscal - Quadro "Títulos Públicos Federais" e Relatório Mensal da Dívida do STN (Anexo 2.1)

A DÍVIDA PÚBLICA TEM SIDO UTILIZADA COMO JUSTIFICATIVA PARA:

- Destinar a maior parcela do orçamento ao pagamento de juros e demais gastos com o Sistema da Dívida;
- Impor sucessivas contrarreformas, como as reformas da Previdência e a PEC 38/2025 ("Reforma Administrativa");
- Restringir investimentos sociais por meio do teto de gastos (EC 95/2016) e do Arcabouço Fiscal (LC 200/2023);
- Limitar recursos para saúde, educação, assistência social, meio ambiente e demais políticas públicas;
- Privatizar patrimônio público estratégico e reduzir a atuação do Estado.

Tudo isso para sustentar uma dívida pública sem contrapartida comprovada em investimentos para o país

PEC 38/2025 REFORMA ADMINISTRATIVA OU DESMONTE?

Reforma Administrativa ou Desmonte?

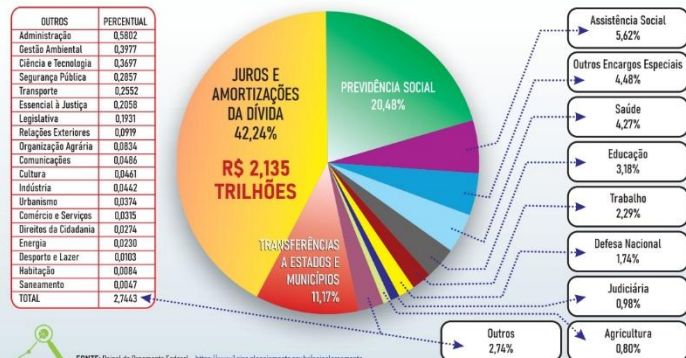
Como o Banco Mundial e o BID interferem para o desmonte dos serviços sociais

Uma nova proposta de "Reforma Administrativa" está sendo apresentada à sociedade de forma extremamente atraente e sedutora, por meio de intensa propaganda de "modernização" do Estado brasileiro, eficiência na prestação de serviços públicos e economia de recursos. Todas as pessoas querem isso, mas será que essa proposta representa isso mesmo? **Você precisa conhecer, porque essa proposta interfere em sua vida!**

A medida foi formalizada na Câmara dos Deputados como **Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 38/2025 e 2 projetos de lei** e pretende fazer uma profunda modificação na Constituição Federal do Brasil. Caso aprovada, essa proposta representará um prejuízo incalculável à população, pois irá DEMOLIR a estrutura do Estado que presta **serviços de saúde, educação, previdência, assistência e demais, os quais correm o risco de serem privatizados ou até desaparecer.**

E o que está por trás desse desmonte da estrutura do Estado? Entregar mais recursos ainda para o pagamento de juros e amortizações da chamada dívida pública, que já consome mais de 40% do orçamento federal anualmente, como mostra o gráfico abaixo, referente ao ano de 2025, por exemplo.

Orçamento Federal Executado (pago) em 2025 = R\$ 5,054 TRILHÕES



AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA
FONTE: Painel do Orçamento Federal - <https://www.sistemaorçamento.gov.br/portal/orcamento>
ELABORAÇÃO: Auditoria Cidadã da Dívida, Consulta em 14/12/2024. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.
Gráfico por Função, com exceção da Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em 3 partes: "Juros e Amortizações da Dívida" (DND 2 e 4); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 093); e "Outros Encargos Especiais" (restante da função, composto principalmente pelo pagamento de sentenças judiciais e concessão de financiamento).
NOTA: O total inicialmente previsto no Orçamento Federal 2025 para as "transferências parlamentares" foi de R\$ 58,4 bilhões. Esse montante inclui emendas de bancada estadual, emendas de comissão e emendas individuais (dentro e fora do "Teto das Pás", no valor de R\$ 4,9 bilhões, que representam 8,3% do orçamento federal pago em 2025). Os valores efetivamente empregados (pagos) em 2025 de todas as emendas parlamentares somaram R\$ 35,3 bilhões (60% do orçamento pago). Veja a artigo "O privilégio do Sistema da Dívida no orçamento federal pago em 2025 e o Risco X das Emendas Parlamentares".

Essa dívida não tem servido para financiar investimentos no país, como já **comprovado pelo Tribunal de Contas da União**, funcionando como o que denominamos **Sistema da Dívida**.

A proposta de "Reforma Administrativa" privilegia o Sistema da Dívida também no âmbito dos Estados, Municípios e Distrito Federal, na medida em que limita o crescimento das despesas com

RISCO DE VOTAÇÃO LOGO APÓS AS ELEIÇÕES

- A Auditoria Cidadã da Dívida segue ampliando a mobilização nacional contra a PEC 38/2025.
- Folheto "Reforma Administrativa ou Desmonte?"
- Produção de artigos e entrevistas.
- Divulgação da ferramenta de envio de cartas com apenas 1 clique.

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/folheto-reforma-administrativa-ou-desmonte/>

REFORMA ADMINISTRATIVA – Principais riscos para o Estado e os direitos sociais

- Desmonte dos serviços públicos de saúde, educação, previdência, assistência social e segurança.
- Ampliação da privatização, terceirização e precarização dos serviços públicos.
- Enfraquecimento da estabilidade dos servidores públicos.
- Ampliação das possibilidades de demissão por "insuficiência de desempenho".
- Fragilização dos concursos públicos e ampliação das contratações pela CLT.
- Limitação de gastos com pessoal e enfraquecimento da capacidade do Estado.
- Centralização de competências na União, com prejuízo ao pacto federativo.
- Influência de organismos internacionais, como BID e Banco Mundial, na formulação da proposta.

PORTARIA DO MGI nº 4.683/2026 ANTECIPA PONTOS RELEVANTES DA PEC 38/2025

Portaria do MGI antecipa
a “chamada” Reforma
Administrativa e ameaça
o serviço público



- Centraliza no MGI a gestão e a alocação das carreiras transversais, reduzindo a autonomia dos órgãos públicos;
- Transforma servidores públicos em força de trabalho móvel;
- Enfraquece as carreiras específicas e os quadros permanentes;
- Facilita o esvaziamento institucional;
- Abre espaço para terceirizações, contratações temporárias e outras formas de flexibilização da força de trabalho;
- Fragiliza o vínculo entre servidor, órgão, equipe e política pública.

PEC 65 TRANSFORMA O BANCO CENTRAL EM INSTITUIÇÃO COMPLETAMENTE DESVINCULADA DOS CONTROLES INSTITUCIONAIS

- BC poderá adquirir papéis podres de bancos em “negócios jurídicos”, gerando prejuízos sem limites;
- Transferência de riscos privados bilionários para o povo, por meio da dívida pública;
- BC ficará imune, desvinculado de todos os poderes instituídos, e não terá que prestar contas ou se submeter a nenhum dos poderes, ou seja, ficará acima de tudo e de todos!
- Nenhum outro país no mundo possui legislação similar;
- Proposta originada de interesses financeiros privados internacionais, a mando do BIS e do FMI.

É urgente impedir sua aprovação.

PEC 65 transforma BC em balcão de papéis podres de bancos privados

PEC 65

Artigo de Fattorelli repercute nacionalmente:

"PEC 65 transforma BC em balcão de papéis podres de bancos privados"



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA



PEC 65/2023

**transforma o Banco Central
em balcão de
papéis podres
de bancos privados.**



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/artigo-de-fattorelli-tem-repercussao-nacional-pec-65-transforma-bc-em-balcao-de-papeis-podres-de-bancos-privados/>

ELEIÇÕES 2026

A Carta-Aberta Eleições 2026 já pode ser enviada por qualquer pessoa, com 1 clique



**Envie a Carta-Aberta
Eleições 2026 aos Partidos
Políticos com um clique**

A ACD já fez o envio
a todos os partidos
políticos.

<https://auditoriacidada.org.br/carta-aberta-eleicoes-2026/>

Campanhas “É hora de virar o jogo” , “Pelo Limite dos juros no Brasil” e “Campanha Nacional por Direitos Sociais” impulsionam a divulgação das lutas sociais



<https://auditoriacidada.org.br/e-hora-de-virar-o-jogo/>

<https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros/>

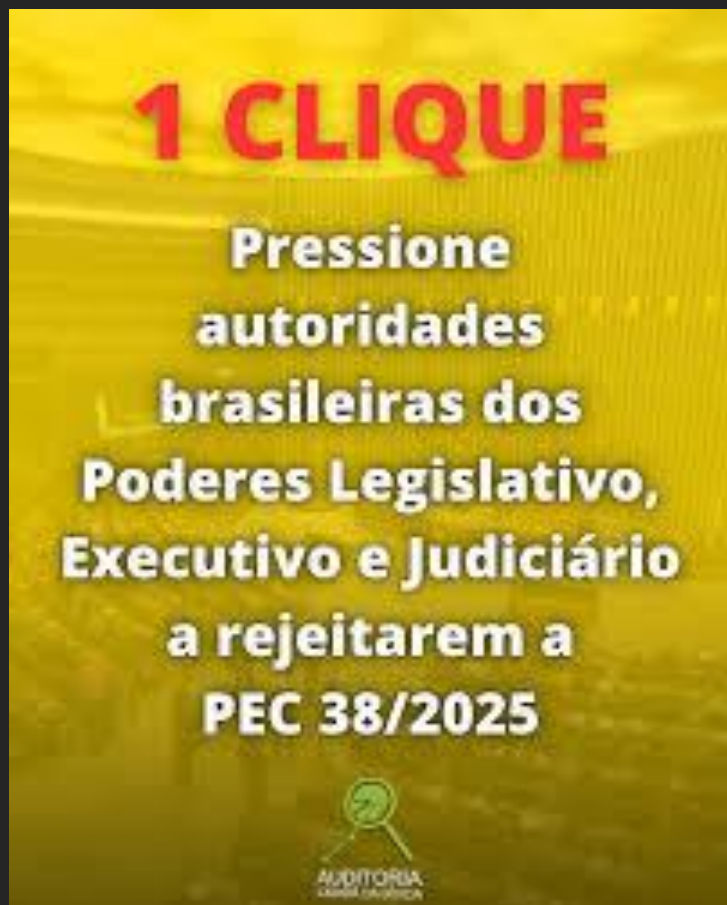


<https://auditoriacidada.org.br/campanha-nacional-por-direitos-sociais/>

**LIMITE
DOS JUROS JÁ!
ATÉ 12% AO ANO**
(ou o dobro da Selic, o que for menor)



Com 1 clique pressione autoridades brasileiras dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário a rejeitarem a PEC 38/2025 e a PEC 65/2023



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/com-1-clique-pressione-autoridades-brasileiras-dos-poderes-legislativo-executivo-e-judiciario-a-rejeitarem-a-pec-38-2025/>



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/com-1-clique-envie-mensagem-a-senadores-e-senadoras-para-que-se-posicionem-contrariamente-a-pec-65-2023//>

ACD preparou folheto contra a PEC 65/2023 e já iniciou a distribuição no Congresso Nacional

PEC 65/2023

autoriza compra de papel podre de bancos privados pelo Banco Central.
E QUEM PAGARÁ A CONTA É O POVO!

Se o Banco Central comprar papéis podres de bancos (a exemplo dos emitidos pelo Banco Master), ele vai apurar prejuízos bilionários, que serão transferidos para o Tesouro Nacional, ou seja, PARA O POVO PAGAR de várias formas, por exemplo:

- por meio do aumento da dívida pública;
- aprofundamento dos cortes de investimentos sociais, como saúde e educação, e demais restrições do arcabouço fiscal;
- mais contrarreformas que retiram e adiam direitos sociais;
- privatizações do nosso patrimônio público.



Você está sendo roubado para que fraudes de bancos sejam acobertadas.

A PEC 65/2023 pretende transformar o Banco Central em instituição intocável

A absurda proposta de emenda constitucional (PEC) 65/2023 quer alterar a Constituição Federal para tornar o Banco Central **INTOCÁVEL**, ou seja, nenhum dos poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário ou Ministério Público) poderá questionar suas decisões ou exercer qualquer tipo de controle ou supervisão. O Banco Central ficará entregue, de vez, ao mercado financeiro e a serviço de bancos nacionais e estrangeiros.

O golpe já foi tentado antes

Há anos o Banco Central vem tentando adquirir papéis podres de bancos. Logo que decretada a pandemia da Covid-19 no Brasil, o Banco Central liberou **pacote** de alguns trilhões de reais em medidas de liquidez, de crédito e outras e, adicionalmente, incluiu na proposta de emenda constitucional (PEC) 10/2020 um dispositivo que permitia a aquisição de ativos privados problemáticos, isto é, papéis podres em poder de bancos, tendo o então presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, **declarado** que o volume desses ativos somava R\$ 972,9 bilhões! Mas o golpe alcançaria vários trilhões, como **noticiado à época**. Na ocasião, apesar daquela PEC ter sido aprovada e transformada em Emenda Constitucional 106/2020, o mercado financeiro não conseguiu emplacar o golpe, diante da grande mobilização que revelou o escândalo por meio de várias atividades, inclusive o ajuntamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6917).

Ativos privados que BC pode comprar caso PEC seja aprovada somam R\$ 972,9 bilhões

Por: [illegible]



A compra de ativos privados por parte do Banco Central é uma das principais medidas da PEC 10/2020.

O Banco Central tem um conjunto de ativos privados de R\$ 972,9 bilhões de reais caso a Emenda Constitucional 106/2020 seja aprovada.

A PEC 65 restaura o GOLPE DE TRILHÕES

De forma somateira e sob a desculpa de "manter níveis adequados de liquidez e a funcionalidade dos mercados", a PEC 65 autoriza o Banco Central fazer "**negócios jurídicos**" com entidades e fundos que atuam no mercado financeiro.

Ao não especificar que negócios jurídicos seriam esses, a PEC 65 dá um verdadeiro cheque em branco para o Banco Central, podendo gerar um GOLPE DE TRILHÕES PARA O POVO PAGAR, tendo em vista que os seus prejuízos são transferidos para o Tesouro Nacional e pagos pelo [Sistema da Dívida](#).

A PEC 65/2023 transforma o Banco Central em balcão de papéis podres de bancos

A PEC 65/2023 transforma o Banco Central em "entidade pública de natureza especial", desvinculada de qualquer órgão da Administração Pública, acima de qualquer controle institucional efetivo, ou seja, não terá que dar satisfações e não poderá ser alvo de punição ou controle por qualquer poder constituído, ainda que adquira as dezenas de trilhões de papéis podres de bancos existente em suas respectivas carteiras há anos!

A PEC 65 pretende transformar o Banco Central em entidade desvinculada de todos os poderes, completamente autônoma e livre para atuar como bem entender, sem controle ou fiscalização por parte de qualquer órgão, e sem ter que dar satisfações acerca dos prejuízos bilionários que gera e transfere para o Tesouro Nacional. A ausência de controle e regimento é tamanha, a ponto de o próprio Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinab) vir a público **alertar para o risco** de aprofundamento das crises: "A autonomia do BC deve ser institucional, não um cheque em branco para ocupantes temporários."

A PEC 65 foi ditada por interesses do mercado financeiro, conforme textualmente citado em relatório apresentado à Comissão de Constituição e Justiça do Senado: a proposta está "em linha com os **Códigos de Transparência do FMI** e com as diretrizes de governança do **Banco de Compensações Internacionais (BCI)**", organismos que têm historicamente interferido em nossa soberania financeira e na geração de dívida pública sem qualquer contrapartida, tornando o rico Brasil um dos países mais injustos do mundo!

A independência já concedida ao Banco Central por meio da lei complementar 179/2021 tem que ser revogada e não aprofundada

O Banco Central já possui exacerbada autonomia em relação aos poderes constituídos, concedida pela Lei Complementar 179/2021, que também foi objeto de questionamento acerca de sua constitucionalidade junto ao STF (ADI 6696).

Essa autonomia tem viabilizado uma atuação cada vez mais perversa à economia produtiva, beneficiando somente a especulação, o aprofundamento da financeirização e o rentismo, com graves consequências econômicas e sociais.

Isso precisa ser revogado, mas a PEC 65 irá aprofundar a liberdade do Banco Central continuando provocando inúmeros danos à economia brasileira de diversas formas, por exemplo:

■ Decisões sem fundamento técnico ou científico têm mantido a taxa básica de juros Selic em patamar exorbitante, amarrando a economia nacional;

■ Sigilosos contratos de swap, uma verdadeira aposta, que garante a variação do dólar para privilegiados do setor financeiro e corporações ligadas ao grande agronegócio de exportação e mineração predatória;

■ Prática de questionáveis mecanismos, como a **Bolsa-Banqueiro**, mediante a qual remunera diariamente a sobre de caixa dos bancos, pagando-lhes elevados juros sobre dinheiro que sequer pertence a eles, causando uma falsa escassez de moeda no mercado que leva à explosão dos juros e à quebra das indústrias e demais empresas, aumentando o desemprego e travando o nosso desenvolvimento socioeconômico e ambiental, além de aumentar a chamada dívida pública em quase 3 trilhões de reais.

A PEC 65/2023 não corrige nada disso, pelo contrário, deixa o BC à vontade para continuar atuando em favor de interesses do mercado financeiro privado, em detrimento dos interesses nacionais e do povo brasileiro.

DIGA NÃO À PEC 65/2023!

O povo não pode pagar pela especulação e por fraudes de bancos privados.



Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida

- SAUS, Quadra 5, Bloco N, 1º andar - Brasília/DF - CEP: 70070-939
- Edifício Ordem dos Advogados do Brasil
- Telefone: (61) 61.98581-2561 • www.auditoriacidadada.org.br
- E-mail: contato@auditoriacidadada.org.br

Estamos também nas Redes Sociais:



Acesse aqui outros materiais e a versão em PDF desse folheto com links clicáveis



JUNHO / 2026

CURSO À DISTÂNCIA DA ACD - CONHECIMENTO PARA FORTALECER A MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Chegou a hora de saber o que é
Dívida Pública e como ela
impacta nossas vidas

Inscreva-se no curso:

**“O SISTEMA DA DÍVIDA NO BRASIL E A
NECESSIDADE DE AUDITORIA INTEGRAL”**



NOVO CURSO DA ACD

**O SISTEMA DA DÍVIDA E A
NECESSIDADE DE AUDITORIA**

Com base na Cartilha da ACD o curso oferece uma imersão sobre os mecanismos que alimentam o endividamento público sem retorno social, seus impactos econômicos e sociais e as ferramentas de mobilização e auditoria como caminhos para transformação.

Auditoria da Dívida Pública:
Fortalecimento da cidadania e da participação social no controle e na gestão da dívida pública.

Maria Lucia Fattinelli

<https://auditoriacidada.org.br/cursos/>



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

- Compreenda o que é o Sistema da Dívida e seus impactos na vida da população;
- Entenda por que faltam recursos para áreas essenciais, apesar da riqueza do país;
- Curso 100% EAD, com linguagem acessível, avaliação final e certificado.

<https://auditoriacidada.org.br/cursos/>

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADADADIVIDA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADA



/Spotify.



Google Podcasts



/AUDITORIACIDADA

ÉHORADEVIRARoJOGO